



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

**Serviços de vigilância armada no Abatedouro
Frigorífico de Caprinos e Ovinos do Município de
Dormentes, Estado de Pernambuco.**



ÍNDICE

- 1 OBJETIVO**
- 2 LOCALIZAÇÃO**
- 3 DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS**
- 4 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 5 PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 6 GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- 7 FORMA DE PAGAMENTO**
- 8 MULTAS**
- 9 ADJUDICAÇÃO**
- 10 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 11 REGIME DE CONTRATAÇÃO**
- 12 DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**
- 13 OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA**
- 14 ALTERAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL**
- 15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 16 OBRIGAÇÕES DAS PARTES**
- 17 REPACTUAÇÃO**
- 18 VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**
- 19 FISCALIZAÇÃO**
- 20 FONTE DE RECURSO**
- 21 CONDIÇÕES GERAIS**
- 22 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 23 ANEXOS**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

- 1.1. O objetivo deste Termo de Referência é estabelecer normas, critérios, condições contratuais principais e fornecer todas as informações que permitam a elaboração de propostas e, posteriormente, a elaboração do contrato para execução dos serviços de vigilância armada móvel no Abatedouro Frigorífico de caprinos e Ovinos, no Município de Dormentes, no Estado de Pernambuco.

2. LOCALIZAÇÃO

2.1. Localização:

Trata-se de um imóvel com área total de 20.015,00 m² e área construída de 1.327,00 m² (**Figura 1**), de propriedade da CODEVASF, localizado na PE-630, situado nas Coordenadas UTM Longitude 304904,00 mE; Latitude 9062070,00 mS, zona rural do município de Dormentes, no Estado de Pernambuco.

Figura 1-Vista do Abatedouro Frigorífico de caprinos e Ovinos, no Município de Dormente - PE.



FONTE: Google Earth, adaptado. Acesso em 24/08/2022).

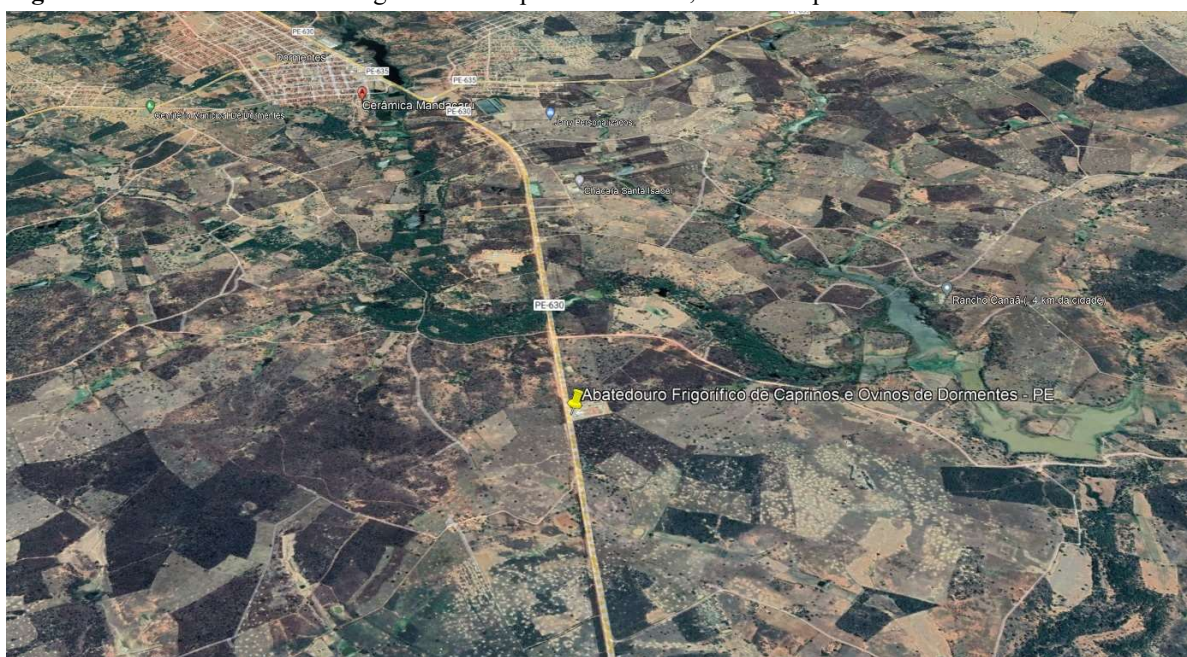


Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

2.2. Do Acesso

O acesso à área do Abatedouro Frigorífico de Caprinos e Ovinos (**Figura 2**), no Município de Dormentes-PE, se dá pela BR 428 e PE-630, saindo de Petrolina-PE em sentido a Dormentes ou pela PE-635 e PE-630 saindo do município de Afrânio-PE, ou através da PE-630 tomando com referência a cidade de Dormentes-PE. A distância entre Dormentes e os acessos ao Perímetro é de aproximadamente dois quilômetros e a distância entre Petrolina e o Abatedouro Frigorífico de caprinos e Ovinos de Dormente é de aproximadamente 150 km.

Figura 2-Vista do Abatedouro Frigorífico de caprinos e Ovinos, no Município de Dormente - PE.



FONTE: Google Earth, adaptado. Acesso em 24/08/2022).

3. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

- 3.1.** Os Serviços de vigilância armada diurna e noturna que serão prestados na área do Abatedouro Frigorífico de caprinos e Ovinos, no Município de Dormentes-PE serão prestados em escala de trabalho (12x36 horas), em GRUPO ÚNICO, composto por 1 (um) Posto de vigilância móvel armada diurno e 1 (um) Posto de vigilância móvel armada noturno (ambos com utilização de motocicleta), durante 24 (vinte e quatro) horas diárias, envolvendo 04 (quatro) vigilantes, conforme tabela abaixo:



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | R\$ MENSAL | R\$ TOTAL |
|--------------------------------|------|---|---------|---------------|-----------------------|
| 1 | 1 | 01 Posto Diurno 12x36 horas, envolvendo 02 (dois) vigilantes | 6 meses | R\$ 11.402,02 | R\$ 68.412,12 |
| | 2 | 01 Posto Noturno 12x36 horas, envolvendo 02 (dois) vigilantes | 6 meses | R\$ 13.278,54 | R\$ 79.601,24 |
| TOTAL ANUAL DO CONTRATO | | | | | R\$ 148.083,36 |

- 3.2.** Correrão por conta da proponente vencedora todos os ônus que incidam sobre o pessoal mencionado no subitem 3.1, inclusive alimentação, comunicação e transporte.
- 3.3.** Correrão por conta da proponente vencedora todas as despesas operacionais relativas ao posto de vigilância móvel (veículos, motorista, combustível, manutenção e outros).
- 3.4.** A proponente vencedora deverá manter um sistema rígido de fiscalização (supervisão por monitoramento) durante 24 (vinte e quatro) horas diárias, informando à CODEVASF toda e qualquer irregularidade constatada, bem como as providências adotadas.
- 3.5.** A proponente vencedora deverá dotar o posto de vigilância, fixos e móveis, de sistema de comunicação e veículo de transporte de passageiros para troca de turnos e socorro.
- 3.6. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, DIVULGAÇÃO DO VALOR E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**
- 3.6.1. Forma de Realização:** Forma eletrônica, por meio de Sessão Pública realizada pela rede mundial de computadores (www.gov.br/compras/pt-br). O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pela Lei 10.520/2000 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente Eletrônico no sítio www.gov.br/compras/pt-br;
- 3.6.2. Modo de Disputa:** ABERTO, Art. 32 do Decreto 10.024/2019;
- 3.6.3. Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global;
- 3.6.4. Divulgação do Valor Máximo:** Público;
- 3.6.5. Critério de Julgamento:** MENOR PREÇO POR GRUPO, Art. 7º Decreto 10.024/2019.
- 3.7.** A licitação será realizada em grupo único, contemplando todos os itens. A contratação dos serviços em um único grupo, composto por dois itens se justifica pelo fato de que cada um dos postos de serviço realizará suas atividades em



períodos distintos (diurno e noturno). Além disso, são próximos entre si, no mesmo local de trabalho. Para a CODEVASF a possibilidade de contratar o serviço de uma única empresa para os dois postos torna-se interessante diante de uma logística mais facilitada, bem como confere a CODEVASF a possibilidade de maior controle e fiscalização dos serviços prestados, além de proporcionar uma maior economia de escala na contratação, resultando assim num conjunto de fatores que direcionam economicidade para a administração pública.

- 3.8.** As licitantes deverão atentar para o fato de que será composto 1 (UM) GRUPO, CONSTITUÍDO PELOS 2 (dois) ITENS, de forma que a disputa ocorrerá com base nos valores totais oferecidos para o Grupo, sendo considerada vencedora a detentora da melhor proposta para o Grupo acima citado.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1.** Poderão participar desta licitação as empresas especializadas que se encontram inscritas no cadastro de fornecedores de órgãos federais da administração direta ou indireta e que satisfaçam todas as exigências do Edital e seus anexos.
- 4.2.** Empresas que apresentem patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- 4.3.** Empresas que comprovem possuir experiência mínima de 2 (dois) anos no ramo de atuação (vigilância).
- 4.4.** Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio nem a subcontratação de parte dos serviços, com exceção da aquisição, instalação e manutenção dos equipamentos da vigilância.
- 4.5.** As licitantes poderão, caso julguem necessário, visitar o local onde serão executados os serviços e avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes da sua execução.
- 4.6.** É de inteira responsabilidade da licitante a visita e a verificação “in loco” das dificuldades e dimensionamento dos elementos técnicos indispensáveis à apresentação da proposta. A ausência de manifestação quanto às dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecido.
- 4.7.** Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 4.8.** Não será permitida a participação de empresas:



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

- a) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem com funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF;
- b) Empresa declarada inidônea por Órgão ou Entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa suspensa de licitar ou contratar com a CODEVASF;
- d) Empresa em processo de falência ou concordatária.

5. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1.** O prazo para execução dos serviços será de 6 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

6. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 6.1.** Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma “Caução de Execução” no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizado em até 05 (cinco) dias contados da sua assinatura, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a critério da Contratada.
- 6.2.** Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a “Caução de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.
- 6.3.** A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 6.4.** Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

7. FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados, mensalmente, mediante a apresentação dos documentos de cobrança discriminando os serviços realizados, observadas as seguintes condições:



- 7.1. Com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a Contratada de apresentar a comprovação de recolhimentos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no § 4º do Art. 31, da Lei nº 8.212 de 24/07/91, alterada pela Lei nº 9.032, de 28/04/95.
- 7.2. Quando se tratar da quitação do pagamento a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentada a GPS relativo ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma, deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção do pagamento.
- 7.3. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da Contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.
- 7.4. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas no subitem acima e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a Contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 7.5. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para pagamento, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.
- 7.6. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação justificativa relativa a cada serviço faturado, devidamente atestada pela Fiscalização.
- 7.7. As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora, estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções.
- 7.8. Os documentos de cobranças indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços.
- 7.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

- 7.10. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeira do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos da legislação vigente, a nas recomendações do TCU.
- 7.11. A empresa vencedora no certame, se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigida, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 7.12. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.
- 7.13. É de inteira responsabilidade da contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobranças acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF, dos prazos estabelecidos.
- 7.14. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado mais de 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido no subitem 7.12, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)dx_1/30 \times (1 + im_2/100)dx_2/30 \times \dots \times (1 + im_n/100)dx_n/30 - 1,$

onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 7.14.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.



7.14.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

7.14.3. Nos cálculos deverão ser utilizados 5 (cinco) casas decimais.

8. MULTAS

- 8.1.** Em caso de inadimplemento, por parte da Proponente vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à Proponente vencedora será aplicada a multa no percentual de 10% (dez por cento) o valor global do Contrato, o que dará ensejo a sua rescisão.
- 8.2.** Ocorrida à inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF. A Proponente vencedora terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.
- 8.3.** Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva, que poderá relevar ou não a multa.
- 8.4.** Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 8.5.** Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

9. ADJUDICAÇÃO

- 9.1.** A adjudicação dos trabalhos será efetuada mediante Contrato que a proponente vencedora firmará com a CODEVASF, observadas as condições constantes nestas especificações e seus anexos.
- 9.2.** A proponente vencedora deverá assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.
- 9.3.** A CODEVASF providenciará a publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua



assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do §2º, art. 51, da Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016 e suas alterações.

- 9.4.** Na hipótese do não comparecimento da proponente vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, a CODEVASF convocará as que seguirem por ordem de classificação para fazê-lo em igual preço e prazo e nas mesmas condições propostas pela 1ª classificada.
- 9.5.** Além das medidas legais cabíveis, a proponente vencedora desistente da assinatura do contrato será declarada suspensa de participar de licitações na CODEVASF por 2 (dois) anos, o que será publicado no Diário Oficial da União.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 10.1.** O julgamento das propostas será realizado pelo critério do menor preço global por grupo, conforme inciso I, do Art. 54 da Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016 e suas alterações.

11. REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 11.1.** Serviços continuados.

12. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

- 12.1.** As propostas deverão contemplar todos os serviços que foram descritos no item 3, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes do item 4 deste Termo de Referência.

12.1.1. Documentação da Proponente Vencedora

- 12.1.2.** Essa documentação deverá ser apresentada pela Proponente que apresentar o menor preço, após solicitação pela CODEVASF.

12.1.2.1. Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do CRC ou SICAF que impeça a sua habilitação, prevista na forma da Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016 e suas alterações. e declaração da Proponente de que não tenha sido declarada inidônea por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

12.1.2.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Proponente, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Proponente, ou outra equivalente na forma da lei. A prova de quitação com a Fazenda Federal deverá ser acompanhada da Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, com validade em vigor;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social - (CND), com validade em vigor, conforme Art. 47, Inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.212, de 24/07/91;
- e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor, conforme Art. 27, alínea "a", da Lei nº 8.036, de 11/05/90;

12.1.2.2.1. A validade das certidões referidas no item 12.1.2.1, alíneas "b" a "e", corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não



contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da Proponente comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

12.1.2.2.2. Caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), a(s) Certidão(ões) Positiva(s) com efeito negativo deverá(ão) constar expressamente na(s) mesma(s) o efeito negativo nos termos do art. 206, do CTN, ou a juntada de documentos comprovando que: o débito foi parcelado pelo próprio emitente do documento ou que a sua cobrança está suspensa, ou, se contestado, foi garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da data de recebimento das propostas.

12.1.2.3. Qualificação Técnica

- a) Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica, em nome da Proponente, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, comprovando ter a empresa executado serviços similares aos do objeto deste termos de referência;
- b) Autorização do Ministério da Justiça para prestar serviços de vigilância no Estado onde serão executados os serviços de vigilância, de acordo com a Lei 7.102, de 20/06/83, e regulamentação posterior;
- c) Certificado de segurança expedida pelo Departamento de Polícia Federal do Estado onde serão executados os serviços, com validade em vigor de acordo com a Portaria nº 1.129 de 15/12/95, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.
- d) Apresentação pela Proponente, de documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa, na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria nº 992/DPF/MJ, de 25/10/95.



- e) Apresentação pela Proponente, de comprovante de autorização para compra de armas e respectivos registros das armas disponíveis em quantidade mínima necessária ao cumprimento da execução dos serviços objeto desta Concorrência, conforme determina a Portaria nº 992/DPF/MJ, de 25/10/95.

12.1.2.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.1.3. A Proponente devidamente cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF deverá se limitar à apresentação da documentação exigida na alínea “e” do subitem 12.1.1.1, todo o subitem 12.1.1.3 e a alínea “a” do subitem 12.1.1.4. A confirmação da situação regular da Proponente será efetuada mediante consulta “on line” ao Sistema SICAF.

12.1.4. As demais Proponentes deverão apresentar a totalidade da documentação exigida pelo subitem 12.1.1.

12.1.5. A Proponente deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

12.1.6. Toda a documentação apresentada pela Proponente, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente prestará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRS junto ao FGTS, desde que comprove que os recolhimentos de INSS e FGTS são centralizados.

12.2. PROPOSTA FINANCEIRA

12.2.1. A Proposta Financeira deverá conter:

12.2.1.1. Planilha de custos e formação dos preços por tipo de posto de vigilância com detalhamento da composição de preços



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

conforme modelo constante do Anexo I que faz parte integrante deste Termo de Referência;

12.2.1.1.1. Os custos propostos devem apresentar com detalhamento os elementos que os compõem, inclusive custos administrativos, impostos e taxas de obrigação específica das Proponentes, para verificação e análise de custos pela Codevasf.

12.2.1.2. Os preços propostos não podem ser superiores aos preços de referência da Codevasf.

12.2.2. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas.

12.2.3. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, leis sociais, mão de obra, transporte de pessoal, alimentação, seguro, equipamentos de comunicação e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços objeto desta licitação. No caso de omissão considerar-se-ão como inclusas nos preços.

12.2.4. Os salários deverão obedecer aos critérios e valores estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente e demais leis pertinentes à categoria.

12.2.5. A composição da remuneração da mão de obra vinculada à execução contratual, benefícios, insumos, encargos sociais e trabalhistas devem atender a legislação trabalhista e a convenção coletiva de trabalho vigente, da categoria.

12.2.6. Nos custos indiretos devem estar inclusos as despesas com Supervisor/Fiscal e veículo de transporte, além das outras despesas administrativas. Os tributos devem ser especificados. Devem ser apresentados os percentuais de incidência dos valores referentes a custos indiretos, tributos e lucro.

12.2.7. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de emissão das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período. Propostas com prazos de validade inferiores serão rejeitadas.

13. OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

- 13.1. Apresentar os seus empregados nos locais de trabalho devidamente uniformizados (uniforme especial aprovado pelo Ministério da Justiça) munidos do respectivo cartão de identificação preso ao uniforme.
- 13.2. Submeter, previamente, à CODEVASF, a relação de seus empregados, acompanhada dos documentos que indicam sua idoneidade e identidade.
- 13.3. Exibir, sempre que solicitada, a relação nominal de seus empregados com a respectiva identificação, dando-se conhecimento prévio à CODEVASF, das alterações advindas de eventuais substituições, exclusões e inclusões.
- 13.4. Responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros.
- 13.5. Substituir, sempre que exigido pela CODEVASF, qualquer de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da CODEVASF ou de equipamentos, de forma imediata, cujo funcionamento esteja de forma nula ou ineficiente.
- 13.6. Atender pontualmente aos encargos decorrentes das legislações Trabalhistas, Previdenciária, Fiscal e Sociais, comerciais vigentes, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.
- 13.7. Pagar todos os tributos devidos em decorrência do contrato a ser assinado.
- 13.8. Providenciar as licenças que sejam necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficando a seu cargo as respectivas despesas.
- 13.9. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas.
- 13.10. Cumprir e fazer cumprir todas e cada uma das Normas Regulamentadoras sobre medicina e segurança do trabalho.
- 13.11. Indicar os prepostos e responsáveis pela execução dos serviços.

14. ALTERAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL E DE EQUIPAMENTOS

- 14.1. Nos casos de alteração do efetivo de pessoal e de postos de vigilância, resultante de acréscimo ou redução de postos de vigilância, segundo determinação da CODEVASF, a contratada deverá proceder de acordo com o previsto nos itens seguintes.



- 14.2.** Computar o novo efetivo ou serviço de vigilância armada, sempre remunerado aos preços constantes da planilha de custos e formação de preços cotada para o tipo de posto que está sendo suprimido ou adicionado.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1.** A contratada que, quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito de ampla defesa, ficará impedida de licitar ou contratar com a Administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus Anexos e das demais cominações legais.
- 15.2.** A multa resultante de inadimplemento por parte da contratada é meramente moratória, não isentando a contratada do ressarcimento por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa.
- 15.3.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

16. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. CODEVASF - CONTRATANTE

- 16.1.1.** A responsabilidade pela contratação, fiscalização, inspeção e pagamento dos serviços objeto do contrato a que se referem este Termo de Referência.
- 16.1.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

16.2. CONTRATADA

- 16.2.1.** A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração da CODEVASF, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;



- 16.2.2.** O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, para firmar, junto ao servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência;
- 16.2.3.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;
- 16.2.4.** A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 16.2.5.** Submeter, previamente, à CODEVASF, a relação de seus empregados, acompanhada dos documentos que indicam sua idoneidade e identidade, dando-se conhecimento prévio à Gerência da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da Codevasf, das alterações advindas de eventuais substituições, exclusões e inclusões de empregados.
- 16.2.6.** Apresentar os seus empregados nos locais de trabalho devidamente uniformizados munidos do respectivo crachá de identificação preso ao uniforme, devendo substituir imediatamente todo e qualquer um deles julgados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares.
- 16.2.7.** Dar total assistência e responder por quaisquer acidentes do trabalho e pelas despesas provenientes dos mesmos, em que sejam vítimas seus empregados e/ou terceiros, quando estes acontecerem na execução dos serviços objeto do Edital. Incluem-se as despesas com hospitalização, fúnebres e materiais. A CODEVASF não se responsabilizará pelo ressarcimento destas despesas, cabendo à licitante CONTRATADA, se for o caso, descontar do empregado vítima ou causador do acidente.
- 16.2.8.** Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa, ou desrespeitos causados ao patrimônio da CODEVASF e ao de terceiros, na área de prestação dos serviços, por ação ou omissão de seus empregados ou seus prepostos, ou exercícios das atribuições previstas neste Edital, e, ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de qualquer



penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da licitante ou de seus prepostos.

- 16.2.9.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, efetuando por sua conta os recolhimentos em suas devidas épocas, responsabilizando-se, ainda, pela obrigatoriedade de requerer a exclusão da Codevasf, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da licitante vencedora, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.
- 16.2.10.** Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e outras estabelecidas em lei específica, acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria.
- 16.2.11.** Pagar todos os tributos devidos em decorrência do contrato a ser assinado, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.
- 16.2.12.** Observar a disciplina, o decoro e o respeito entre seus empregados e entre estes e terceiros, evitando gritos, algazarras, assobios, conversa em voz alta, cantorias, bem como não designar para execução dos serviços a seu cargo, funcionários que a administração da CODEVASF considere indesejáveis.
- 16.2.13.** Atribuir ao encarregado às seguintes tarefas: coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços; cuidar da disciplina, controlar a frequência, a apresentação pessoal dos empregados; fiscalizar o uso dos equipamentos, bem como estar sempre em contato com o Fiscal designado pela CODEVASF.
- 16.2.14.** Manter preposto, aceito pela CODEVASF, no local da prestação dos serviços para representá-la na execução dos serviços, na forma da Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016 e suas alterações.
- 16.2.15.** Instruir ao seu preposto, o qual deverá ser designado pela licitante CONTRATADA e autorizado pela CODEVASF, quanto à necessidade de acatar as orientações da contratante inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

- 16.2.16.** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado.
- 16.2.17.** Refazer os serviços rejeitados pela fiscalização.
- 16.2.18.** Abster-se de contratar, para a prestação dos serviços objeto desta licitação, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CODEVASF (conforme artigo 7º do Decreto n.º 7.203/2010).
- 16.2.19.** Providenciar as licenças que sejam necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficando a seu cargo as respectivas despesas.
- 16.2.20.** Executar os serviços contratados, a partir da assinatura do contrato, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.
- 16.2.21.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços.
- 16.2.22.** Comunicar à CODEVASF, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que se julgarem necessários.
- 16.2.23.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CODEVASF ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 16.2.24.** Pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 16.2.25.** A licitante vencedora reconhece força executiva ao instrumento contrato a ser celebrado, podendo valer-se a CODEVASF, independentemente de prévia notificação, da execução judicial direta do mesmo e/ou de outras ações cabíveis para fins de reembolso dos valores eventualmente despendidos a título de condenação, solidária ou subsidiária.
- 16.2.26.** Cumprir as exigências prescritas da “Norma de Segurança dos Prédios da CODEVASF” – (NOR-205) - Anexo II, que, doravante,



independentemente de transcrições, fará parte integrante do Edital, bem como nos Art. 34 e 35 da IN nº 02/2008, da SLTI-MPOG.

- 16.2.27.** Obedecer à Metodologia de Referência dos Serviços de Vigilância, disposta no Anexo VI da Instrução Normativa nº 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 16.2.28.** **Manter em seu quadro, número de empregados necessários e suficientes para a execução dos serviços, de forma a garantir que os vigilantes não façam turno superior a 12 horas trabalhadas e folguem 36 horas (12 x 36).**
- 16.2.29.** A empresa licitante está obrigada a manter em todo o período contratual a sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnico-operacional e a qualificação econômico-financeira da forma como classificada na licitação e contratada.
- 16.2.30.** Constitui falta grave na execução do contrato o não recolhimento das parcelas correspondentes aos salários dos empregados, às contribuições sociais, FGTS; ao vale-transporte e ao auxílio-alimentação, sendo a sua ocorrência passível das cominações legais de multa, que ensejará a rescisão contratual, além daquelas previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 que implica no impedimento para licitar e contratar com a União. Esta determinação lastra-se no Acórdão Nº 1214/2013 – TCU – Plenário, subitens 9.1.3, 9.1.5.2, 9.1.6.3 e 9.1.8.
- 16.2.31.** Desde já, fica autorizada a contratante administradora do contrato a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pelas empresas.
- 16.2.32.** Os valores para os pagamentos do subitem acima serão retidos cautelarmente e depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria administração, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento, mediante ao Acórdão Nº 1214/2013 – TCU – Plenário.
- 16.2.33.** A empresa contratada está obrigada viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, bem como oferecer todos



os meios necessários para que eles possam obter os extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, em cumprimentos aos subitens 9.1.5.1 e 9.1.5.2 do Acórdão N° 1214/2013 – TCU – Plenário.

- 16.2.34.** A fiscalização do contrato, por sua deliberação e a qualquer tempo, independentemente do número de vezes, realizará por amostragem, junto aos empregados terceirizados a verificação se as contribuições estão sendo recolhidas em seus nomes. Havendo irregularidades, estas serão comunicadas ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil.
- 16.2.35.** O mesmo procedimento do subitem acima será realizado para efeito dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, estando desde já a empresa terceirizada obrigada a viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal e prover os meios para que todos os seus empregados obtenham seus extratos, sempre que solicitado pela fiscalização, conforme determina o Acórdão N° 1214/2013 – TCU – Plenário.
- 16.2.36.** Para o cumprimento do contrato, este edital exige que o domicílio bancário dos empregados terceirizados seja na cidade ou na região metropolitana na qual serão prestados os serviços.
- 16.2.37.** Todas as determinações e exigências descritas no item das Obrigações Contratuais são recomendações do Acórdão N° 1214/2013 – TCU – Plenário, em que ora são corroboradas pela Codevasf que, ainda mais, adverte às empresas postulantes a contratos de terceirização, e em especial de serviços continuados, tomem dele conhecimento e aviem-se nas devidas adequações, naquilo em que lhe couber.
- 16.2.38.** Equipar seus empregados com veículos, fardas, equipamentos de proteção individual, armamentos, munições e sistemas de rádio, controle de frequência e comunicação eficientes e em condições de uso.
- 16.2.39.** Fornecer, manter, conservar e realizar manutenções preventivas e corretivas de todos os equipamentos empregados para a vigilância contratada.
- 16.2.40.** Deverá ser disponibilizado pela contratada relatório contendo os registros de vistorias e manutenções realizadas nas unidades de vigilância armada e livro de registro diário dos postos fixo e móveis contratados.



- 16.2.41.** Apresentar um plano de segurança, no sentido de impedir o desaparecimento de objetos, utensílios e equipamentos de propriedade da CODEVASF. E, no caso de desaparecimento dos mesmos, as providências, que serão adotadas pela empresa vencedora, quanto à substituição ou ressarcimento do valor do objeto, utensílio ou equipamento desaparecido. Será considerada inabilitada a licitante que deixar de apresentar o referido plano.

17. REPACTUAÇÃO

- 17.1.** Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o intervalo mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, conforme Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 17.2.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 17.3.** O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 17.3.1.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigentes à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.
 - 17.3.2.** Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa.
 - 17.3.3.** Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 17.4.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o intervalo de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.



Entende-se como última repactuação, a data em que foram iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que tenha sido celebrada ou apostilada.

- 17.5.** O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 17.6.** Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 17.7.** Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo intervalo mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 17.7.1.** Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 17.7.2.** Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 17.7.3.** Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 17.8.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 17.9.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 17.10.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 17.11.** A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a



Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

17.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

17.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, com base na seguinte fórmula (art. 50 do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo ao mês do reajustamento; No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.13.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.13.2. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.13.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

17.13.4. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.



17.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

17.14.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

17.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

17.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

17.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

17.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

17.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

17.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

17.19. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº5/2017.

18. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

18.1. O valor estimado para o contrato é de **R\$ 148.083,36 (cento e quarenta e oito mil, oitenta e três reais e trinta e seis centavos)**, baseado em pesquisa de preços realizada no Painel de Preços do Governo Federal, em conformidade com a Comunicação Interna nº 105/2022 – Procedimento – Pesquisa e definição de preços de referência estimados para licitações de aquisição de bens e contratações de serviços em geral.



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

19. FISCALIZAÇÃO

- 19.1.** A CODEVASF designará um fiscal para acompanhar o andamento dos serviços de acordo com a Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016, com o Decreto 9507, de 21 de setembro de 2018, suas alterações.
- 19.2.** É vedada à fiscalização exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.
- 19.3. COMPETÊNCIAS DO FISCAL:**
- 19.3.1.** Verificar e aceitar Notas Fiscais extraídas pela CONTRATADA ou recusá-las, quando inexatas;
 - 19.3.2.** Fazer inspeções periódicas para verificação dos serviços;
 - 19.3.3.** Sustar a execução dos serviços, total ou parcialmente, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização;
 - 19.3.4.** Verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada penalidade contratual.
 - 19.3.5.** Propor aplicação de multa pelo não cumprimento de cláusula contratual. Neste caso, a fiscalização informará à CODEVASF quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários e, em caso de multa, a indicação do seu valor.
 - 19.3.6.** A Comissão da fiscalização em qualquer circunstância não eximirá a adjudicatária da total responsabilidade pela boa execução dos serviços.

20. FONTE DE RECURSO

- 20.1.** Os recursos correrão à conta dos Programas de Trabalho 04.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional, RP2, GND 3 – Custeio; 15.244.2217.00SX.0001 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional, RP9, GND 4 – Investimentos; e, 15.244.2217.00SX.0026 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Pernambuco, RP6, GND 4 – Investimentos.

21. CONDIÇÕES GERAIS

- 21.1.** A CODEVASF fiscalizará a execução dos serviços, a GRA indicará um fiscal, ficando a Proponente vencedora obrigada a prestar todos os esclarecimentos que



lhe forem solicitados pela fiscalização, bem como a cumprir todas as ordens dela emanadas.

- 21.2. Fica assegurado à CODEVASF e aos seus servidores o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela Proponente, com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.
- 21.3. A CODEVASF fica assegurada o direito de, a seu exclusivo critério, participar total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos trabalhos aqui propostos.
- 21.4. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços ou fornecimentos extras.
- 21.5. Serviços e fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços da contratada deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 21.6. Responsabiliza-se a Proponente vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vierem causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 21.7. A Proponente vencedora será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária e fiscal, os quais correrão por sua conta exclusiva.
- 21.8. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a Proponente vencedora, independente de transcrições.
- 21.9. Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Petrolina-PE será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 22.1. Em atendimento do Art. 4º, § 3º da Instrução Normativa SLTI/MO nº 01/2010 será exigir da empresa contratada o uso de materiais reciclados nos serviços contratados, sempre que existir a oferta de materiais reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos insumos naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC. A contratada também deverá realizar a remoção dos resíduos produzidos pela realização dos serviços, mediante o acompanhamento de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da



Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n.º 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

22.2. Durante a execução dos serviços será exigido da Contratada o atendimento do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MO nº 01/2010 no que concerne aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado;
- b) Atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- c) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- d) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- e) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

22.3. Na execução do presente instrumento será exigido da Contratada o pleno atendimento do Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01/2010, no que se refere a adoção das seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços ora contratado:

- a) O uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) A adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) A observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

- d) O fornecimento aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) A realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) A realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) O respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) A previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

23. ANEXOS

ANEXO I – Justificativa da contratação;

ANEXO II – Modelo: Declaração de conhecimento do local;

ANEXO III – Modelo: Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

ANEXO IV – Modelo: Declaração de não emprego de menores de 18 anos;

ANEXO V – Norma 205;

ANEXO VI – Código de ética e integridade da CODEVASF;

ANEXO VII – Planilha de composição de custos;

ANEXO VIII – Matriz de riscos;

Petrolina/PE, 7 de outubro de 2022



Ministério Do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

Paulo Henrique Pereira da Cruz
Analista em Desenvolvimento Regional
3ª GRR/UDT

DE ACORDO:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT

Maxwell Rodrigo Lima Tavares
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 3ª GRR

Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional da 3ª SR da Codevasf